



Anais da Assembléia

Nº 120 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE SETEMBRO DE 1991

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 94.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 1991.
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibilli, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ermani Pudell, Eurides Moura, Tadeu Lúcio Machado, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton César, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rosso ni, Severino Félix e Toti Colaço (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Arlindo Troian, Basílio Zamusso, Geraldo Cartário, José Alves, João Preis e Nilton Barbosa (06). Achando-se em licença os Senhores Deputados Cezar Silvestri e José Afonso Júnior (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. ° SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº 522/91, do Senhor VITÓRIO SOROTIUK - Presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, em resposta a PEDIDO DE INFORMAÇÕES do Senhor Deputado

COLOMBINO GRASSANO, sobre "levantamentos e reconhecimentos das linhas de limites legais entre os Municípios de Apucarana e Arapongas". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 862/91, do Senhor MAURO ROCHA chefe da Casa Civil substituto, em resposta a PEDIDO DE INFORMAÇÕES do Senhor Deputado CARLOS SIMÕES à Secretaria de Estado dos Transportes sobre "participação financeira do Estado na construção da FERROESTE e outras". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2438

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja incluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei Complementar nº 077/91 e suas emendas, com base no artigo 185 do Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, em 23.09.91

(a) NEIVO BERARDIN

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no fato de se pretender a discussão do referido Projeto de Lei Complementar, bem como todas suas emendas, para que tenhamos no menor prazo possível definida toda a regulamentação que permitirá a utilização dos ROYALTIES e Compensação Financeira pelo Governo do Estado.

A demora na discussão de regulamentação do uso destes recursos, prejudica os municípios paranaenses, pois, deixam de receber sua parcela prevista na Lei que é de 25% do valor que couber ao Governo do Estado.

REQUERIMENTO Nº 2432

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.09.91

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2444

E R R A T A: No Diário nº 117, de 18.09.91, às páginas 05, onde se lê JOSÉ TAVARES, leia-se JOSÉ ALVES.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a anexação da documentação do Projeto de Resolução n° 019/90, que foi arquivado de acordo com a Resolução n° 159/90, ao Projeto de Resolução de minha autoria que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Carambei.

Sala das Sessões, em 23.09.91

(a) HEINZ HERWIG

REQUERIMENTO N° 2423

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo Senhor Doutor ALCENI GUERRA, Ministro de Estado da Saúde, pela maneira correta e eficiente, como vem conduzindo os trabalhos daquela importante Pasta Governamental.

Sala das Sessões, em 23.09.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoiamento: Luiz Carlos Martins, Algaci Tulio, Luiz Carlos Alborghetti, Ademir Traiano, Plauto Miró Guimarães, Orlando Pessuti, Colombino Grassano, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Lourenço Fregonese, Erondy Silvério, Rossoni, Nelson Justus, Heinz Herwig, Élio Rusch, Emília Belinati, Anibal Khury, João Arruda e Dalton Machuca.

JUSTIFICATIVA:

Um dia um poeta disse que "cada criança que nasce nos traz a certeza que Deus ainda confia nos homens". Da mesma forma, cada homem público que ascende na escala de sua atividade nos deve reforçar a crença que o nosso País ainda tem a quem confiar.

O Ministro Alcení Guerra, competente médico, eficiente administrador e político que honra o Paraná, vem realizando irrepreensível trabalho à frente do Ministério da Saúde, promovendo um plano de ação que ataca as várias frentes sabidamente carentes, que há muito aguardavam programas eficientes e administrados com firmeza e honestidade.

Iniciou sua gestão enfrentando diversos problemas circunstanciais, além das questões normais que teria pela frente ao dirigir um órgão que se mostrava pouco dinâmico. O Doutor Alcení Guerra, ao mesmo tempo em que elaborava as diretrizes administrativas, desemperrando a máquina enferrujada de sua pasta, atacava com vigor questões importantes na área da saúde, como a aids e seu progressivo avanço social;

a cólera; as doenças endêmicas; a subnutrição; a desnutrição entre gestantes, nutrízes e lactentes; a necessidade de imunização; a ineficiência e desaparelhamento dos hospitais da rede pública; a municipalização da saúde.

Com muita firmeza administrou esses problemas, colhendo os melhores resultados. Como Ministro da Saúde compete-lhe distribuir os recursos de sua Pasta, o que vem fazendo com bom senso, adequado critério e elevada sensibilidade social. A ele não importando qual o Estado, qual a região, que necessita de recursos para os programas e obras. Não lhe importa a que partido pertença o Governador. Importa, acima de tudo, quantos brasileiros serão beneficiados e, principalmente, a prioridade do problema a ser enfrentado.

Portanto, não procede, de forma nenhuma, as acusações maldosas que lhes são asacadas levianamente, quanto à intenção de haver beneficiado o Paraná. O que ele tem feito pelo nosso Estado, faz em benefício de brasileiros, que têm tanto direito quanto os brasileiros de outras regiões que o Ministério da Saúde atende.

Ainda que houvesse tido a intenção de privilegiar seu Estado de origem, mereceria nossa compreensão, posto que o Paraná tem sido ao longo dos tempos discriminado, e não é diferente no atual governo. Mesmo assim, sabemos que o o Ministro Alcení Guerra pauta-se pela justiça, pelo bom senso e pelo equilíbrio, conforme mostram os próprios relatórios. Não defendemos esse governo federal, mas defendemos o nosso representante, porque injustas são as críticas.

Sem demérito aos cidadãos nordestinos e sem olvidar a miséria que lhes é inerente por adversos fatores da natureza, devemos considerar que os representantes políticos daquela região têm sido insensíveis a outras regiões, como se carência fosse exclusividade do Nordeste. No Sul também temos pobreza, mortalidade, ineficiência dos organismos de saúde. Portanto, merecemos atenção e ajuda do governo federal, que não pode viver exclusivamente de dar benesses aos Estados nordestinos, onde os resultados de tanta injeção financeira são inexpressivos.

Finalizando, afirmamos que o Ministério da Saúde tem feito muita coisa pelo Paraná, entretanto, esperamos mais ajuda em virtude das grandes necessidades no setor de saúde, de que o Paraná espera, seja por contingência das nossas carências sociais, seja pelo que de justo merecemos em contrapartida ao que produzimos para o País. É bom seria que tivéssemos um Ministro paranaense voltado apenas para o Paraná. Mas, independente disto, achamos que a justiça é a melhor medida, e o Ministro

Alceni Guerra tem sido justo na distribuição dos recursos de seu Ministério.

REQUERIMENTO N° 2425

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, da nota jornalística do dia 22 de setembro, do diário "Gazeta do Povo", cujo título é "Tratamento 'saúdavel' ao Paraná".

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Excelentíssimo Senhor Doutor Alceni Guerra, Ministro da Saúde; ao Deputado Federal Ivânio Guerra; ao Prefeito Municipal de Umuarama e à Direção do conceituado jornal paranaense.

Sala das Sessões, em 23.09.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Sem querer ser repetitivo em reconhecer o brilhantismo e oportunismo com que a matéria foi escrita, queremos render homenagem ao reconhecido valor do Ministro Alceni em sua atuação junto ao Ministério da Saúde, não só em prol do Paraná, mas do Brasil.

REQUERIMENTO N° 2428

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa, solicito voto de apoio ao Projeto de Lei do Deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), que dispõe sobre a complementação da aposentadoria do extinto Departamento dos Correios e Telégrafos - DCT.

REQUEIRO, ainda, após aprovação deste, seja dado ciência ao autor do Projeto, dos Membros da Bancada do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.09.91.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 2446

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, votos de congratulações ao Senhor Ministro da Saúde ALCENI GUERRA, pela maneira correta que vem conduzindo àquela Pasta.

Sala das Sessões, em 23.09.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoio: João Arruda

REQUERIMENTO N° 2445

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUEREM aprovação de Moção de Apoio ao Ministro da Saúde e da Criança, ALCENI GUERRA, pelo trabalho que vem desenvolvendo e tendo em

vista as acusações de protecionismo ao Paraná na distribuição de recursos do Ministério da Saúde ao Estado.

Sala das Sessões, em 23.09.91.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, JOSÉ TAVARES, RENATO ADUR, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, DOMINGOS CARVALHO, TADEU LÚCIO MACHADO, EDSON SILVA LINO, ERONDY SILVERIO, NILTON CÉSAR, ALGACI TÚLIO, DURVAL AMARAL, EMÍLIA BELINATI, ANTONIO ANNIBELLI, CEZAR SILVESTRI, JOÃO ARRUDA, ÉLIO RUSCH, CLEITON KIELSE, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, DOBRANDINO DA SILVA, ANIBAL KHURY, COSTENARO NETO, ORLANDO PESSUTI, MÁRIO BEZERRA, ROSSONI, COLOMBINO GRASSANO, ALBINO CORAZZA, DÚLIO GENARI, DALTON MACHUCA, CARLOS SIMÕES, NELSON JUSTUS, NELSON GARCIA, ALCEU SWAROWSKI, TOTI COLAÇO, SEVERINO FÉLIX, EURIDES MOURA, LOURENÇO FREGONESE e HEINZ HERWIG.

JUSTIFICATIVA:

No momento em que começam a surgir nos meios de comunicação falsas informações, acerca de protecionismo ao Paraná, por parte do Ministro ALCENI GUERRA, na distribuição de verbas do Ministério da Saúde, não pode esta Assembleia Legislativa permanecer calada ou indiferente.

É preciso não só defender o Ministro, que tem se revelado um paranaista autêntico em sua atuação, mas que, acima de tudo, tem se mostrado um brasileiro consciente e cuidadoso no trato da coisa pública.

ALCENI GUERRA, em verdade, o que tem feito, é procurar acabar com a sistemática discriminação na divisão e distribuição das verbas federais - uma constante em relação ao nosso Estado - em praticamente todos os setores, com o recebimento de ínfimas parcelas.

Assim, quando procura reverter tal situação, proporcionando um tratamento técnico na divisão dos recursos, é inadmissível que vozes se levantem contra o Ministro, e nós, paranaenses, permaneçamos indiferentes, de braços cruzados, alheios à disputa que se esboça.

É preciso sim, que levantemos nossas vozes para mostrar que se está apenas fazendo justiça. Isto é, que um Estado que detém o quinto produto nacional bruto do País, é reconhecido como celeiro da Nação e maior produtor de grãos, e que conta com 10 milhões de habitantes, não pode continuar discriminado.

Há que se levar em conta, ainda, que se tem o quinto maior PIB regional e se coloca em sexto lugar no montante de recursos recebidos do Ministério da Saúde, não se pode dizer que o Paraná vem sendo privilegiado.

Conhecedores das necessidades do Estado e, ao mesmo tempo, identificados com as aspirações dos paranaenses, manifestamos com vigor nossa solidariedade ao Ministro

ALCENI GUERRA, certos de que ele está no caminho correto. Certos de que, agindo com critério técnico, faz ele justiça ao Paraná e à sua gente.

Requeiro seja expedida cópia deste à Bancada de Deputados Federais do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2431

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER sejam transcritos nos Anais da Casa, o editorial "Tratamento Saudável ao Paraná" e a matéria "Alceni trata o Paraná com critério técnico", ambos do jornal "Gazeta do Povo", edições, respectivamente, de 21 e 22 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 23.09.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Classificado como o quinto PIB do Brasil, celeiro da Nação e maior exportador de grãos, o Paraná deve ter o que merece. É o que se procura mostrar o conceituado "Gazeta do Povo", em editorial e matéria jornalística, para defender a atuação do Ministro da Saúde e da Criança, ALCENI GUERRA, quando acusações lhe são dirigidas de favorecimento ao Paraná.

Na verdade, o que ALCENI GUERRA vem fazendo, é revelar seu "ânimo paranista", como diz o "Gazeta do Povo", sem olvidar, porém, o critério técnico. Usando as palavras do próprio Ministro, "o Paraná, na área de saúde pública, está sendo beneficiado na medida de sua importância econômica e peso populacional no País", o que é demonstrado pelas cifras que mostram o volume de recursos aplicados.

Diante dos números ali citados, fica evidente que o Paraná não vem sendo exageradamente beneficiado, como querem os críticos do Ministro ALCENI GUERRA, mas sim, que o Estado "voltou a ser tratado com a consideração que sua gente merece no reparte dos benefícios federativos".

É indispensável, pois, que os paranaenses possam bem avaliar a situação e se conscientizar de que merecem tratamento à altura - o que, aliás, tem sido feito com pertinácia e correção pelo "Gazeta do Povo", graças à sã e competente orientação que lhe imprime seu diretor, Doutor Francisco Cunha Pereira Filho.

Oportuna, assim, é a transcrição das matérias em questão, a fim de que se registre mais uma vez, nos Anais desta Casa de Leis, a posição vigilante e coerente desse que é um dos mais brilhantes órgãos da imprensa paranaense e brasileira, neste momento histórico de afirmação paranista, por parte do ilustre Ministro ALCENI GUERRA.

Requeiro seja expedido cópia deste à

Bancada de Deputados Federais do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2439

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA DE MACEDO, Deputado Estadual eleito pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT, no uso de suas atribuições regimentais, vem a presença de Vossa Excelência, REQUERER que, após ouvido o douto Plenário, seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor ELIAS ABRAHÃO, mui digno Secretário da Cultura do Estado do Paraná, solicitando seja determinada a iluminação da cancha de esportes do Colégio Estadual "Teotônio Vilela", Ensino de 1° e 2° Graus, situado à Rua Robert Redzinski n° 1000, nesta cidade.

Tal pedido se justifica pelo fato de que a cancha de esportes do Educandário, por falta de iluminação, torna-se ociosa no período noturno, impedindo a prática desportiva de seus alunos.

Esperando acolhimento unânime deste pedido, pede e espera.

Sala das Sessões, em 23.09.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO N° 2440

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA DE MACEDO, Deputado Estadual eleito pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT, no uso de suas atribuições regimentais, vem à presença de Vossa Excelência, REQUERER que, após ouvido o douto Plenário, seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor ELIAS ABRAHÃO, mui digno Secretário da Cultura do Estado do Paraná, solicitando a imediata instalação de um aparelho telefônico no Colégio Estadual "Teotônio Vilela", Ensino de 1° e 2° Graus, situado à Rua Robert Redzinski n° 1000, nesta cidade.

Tal pedido se justifica por si só, considerando-se que a falta de um aparelho telefônico tem criado inúmeras dificuldades ao Educandário, não só pela distância que o separa do centro administrativo, mas também quando da ocorrência de eventuais situações de emergência que exigem meios de comunicação ágeis e eficientes.

Esperando acolhimento unânime a este pedido, pede e espera deferimento.

Sala das Sessões, em 23.09.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO N° 2424

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor NIZAN PEREIRA, Secretário da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros para o município de

Irati, com a finalidade de se construir um Posto de Saúde na localidade de Nhapindazal, naquela municipalidade.

Fundamentado na iniciativa dos Excelentíssimos Senhores Vereadores Sérgio Edgard Fenianos Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Irati e Vereador Orlando Aguilham Junior, Secretário daquele Poder Legislativo, o pleito em tela se faz com muita necessidade, haja vista inúmeros problemas afeto à saúde naquela localidade, quando da necessidade, pois, os moradores têm que se deslocar para a sede do município, com conseqüentes transtornos.

Dado ao exposto, aguarda os devidos encaminhamentos para com o presente.

Sala das Sessões, em 23.09.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2426

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da FUNDEPAR, Senhor Maurício Requião de Melo e Silva, no sentido de que seja viabilizado a reforma e ampliação das dependências da Escola Estadual "Castro Alves", no município de Nova Olímpia.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao ilustre Prefeito Municipal, à direção do estabelecimento e ao Presidente da Câmara Municipal de Nova Olímpia.

Sala das Sessões, em 23.09.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se prende ao fato de que a escola há muito tempo necessita de melhorias em suas instalações, quer na pintura, quer na parte elétrica e hidráulica. A direção e a comunidade em muito agradeceriam a intervenção imediata da FUNDEPAR, inclusive na ampliação de mais salas para a montagem de laboratório.

REQUERIMENTO N° 2427

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que seja viabilizado a reforma urgente nas instalações do Colégio Estadual "Duque de Caxias", em Nova Olímpia.

Do aprovado, requer ainda, a comunicação para o Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara e à direção do estabelecimento.

Sala das Sessões, em 23.09.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se prende ao fato de que as instalações do colégio se encontram em péssimo estado de conservação, uma vez que faz muitos anos que o Estado não investe na recuperação de seu patrimônio.

REQUERIMENTO N° 2433

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhes são conferidas, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Tribunal Superior do Trabalho, manifestando o desagravo deste Legislativo à decisão arbitrária e em descompasso com a sociedade brasileira ao considerar abusiva a Greve dos Petroleiros, que no exercício do democrático direito de greve, reivindicam da PETROBRÁS os direitos que lhes são devidos.

Requerem, também, que do presente seja dado conhecimento à direção da PETROBRÁS, ao Ministro da Infra-Estrutura, ao Comando Nacional de Greve dos Petroleiros e ao Sindicato dos Petroleiros do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.09.91.

(aa) ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2434

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 407/91, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo art. 28, inciso XIII, combinado com o art. 131, ambos da Resolução n° 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a fim de que sejam averiguados os seguintes requisitos exigidos na Lei Complementar n° 56, em seu art. 2°, incisos I e III, ou sejam:

I. população estimada superior a 5.000 (cinco mil) habitantes.

III - centro urbano já constituído com número de casas superior a 100 (cem).

Sala das Sessões, em 23.09.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 2435

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 402/91, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo art. 28, inciso XIII, combinado com o art. 131, ambos da Resolução n° 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a fim de que sejam averiguados os seguintes requisitos exigidos na Lei Complementar

tar n° 56, em seu art. 2°, incisos I e III, ou sejam:

I. população estimada superior a 5.000 (cinco mil) habitantes.

III - centro urbano já constituído com número de casas superior a 100 (cem).

Sala das Sessões, em 23.09.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

REQUERIMENTO N° 2436

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 256/91, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo art. 28, inciso XIII, combinado com o art. 131, ambos da Resolução n° 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a fim de que sejam averiguados os seguintes requisitos exigidos na Lei Complementar n° 56, em seu art. 2°, incisos I e III, ou sejam:

I. população estimada superior a 5.000 (cinco mil) habitantes.

III - centro urbano já constituído com número de casas superior a 100 (cem).

Sala das Sessões, em 23.09.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

REQUERIMENTO N° 2437

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 395/91, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo art. 28, inciso XIII, combinado com o art. 131, ambos da Resolução n° 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência, encaminhar à Secretaria da Cultura, a fim de que dê seu parecer sobre a conveniência desta doação para preservação do imóvel.

Sala das Sessões, em 23.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 054/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - A Resolução n° 101/90 que autoriza a realização do plebiscito no Distrito de Tamarana a ser desmembrado do Município de Londrina, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica autorizada a realização do plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Tamarana desmembrado de Londrina e com as divisas e perímetro urbano abaixo descritos:

Curitiba, segunda, em 23.09.91

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

COM O MUNICÍPIO DE LONDRINA: Começa na foz do Córrego Sutil no Rio Apucarantina, segue por este até a foz do Córrego Faustino; deste ponto sobe pelo Córrego Faustino até a sua nascente, de onde em linha reta no sentido Nordeste alcança a cabeceira do Ribeirão dos Morais; desce por este até sua foz no Rio Apucarantina e por este abaixo até sua foz no Rio Tibagi;

COM O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA: Começa na foz do Rio Apucarantina no Rio Tibagi, segue por este até a foz do Rio Apucarana;

COM O MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA: Começa no Rio Tibagi na foz do Rio Apucarana, sobe por este até sua confluência com o rio Preto, segue por este até sua confluência com o Rio do Meio;

COM O MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA DO SUL: Começa no ponto descrito na confluência do Rio Preto com o Rio do Meio, segue por este até sua nascente, de onde em linha reta alcança a cabeceira do Rio Valêncio, desce por este até sua foz no Rio Apucarantina, segue por este até a foz do Córrego Sutil, ponto de partida.

PERÍMETRO URBANO

DISTRITO DE TAMARANA

Principia no afluente do Ribeirão dos Morais, que cruza a Avenida 19 de Dezembro, abrange o Jardim Juny, abrange os terrenos com testada para a Rua Demétrio Carneiro Siqueira, segue pela divisa leste do lote 129, abrange a Igreja Congregação Cristã, segue pela estrada Arroio Grande, abrange os terrenos com testada para a Rua Rio Preto, Rua Mãá, Avenida Perimetral e daí segue até o ponto de partida.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.09.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A presente Resolução visa sanar um erro constante da Resolução 101/90, a qual agrega áreas não constantes da Lei n° 9348, de 23 de julho de 1990, a qual cita que os limites e confrontações são as mesmas do Distrito Administrativo de Tamarana.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 055/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Carambei:

"Começa na foz do Arroio do Areião, no Rio Pitangui, desce por este até alcançar a sua foz no Rio Tibagi, desce por este

até alcançar o Lageado da Cotia, pelo qual sobe até a sua cabeceira, donde segue rumo Sudeste (SE) pelo divisor das águas dos Rios Pitangui e Iapó até atingir a estação Tronco, de onde alcança a cabeceira de um afluente que nasce próximo à estação, daí, desce o referido afluente até sua foz no Rio Jotuba e por este até a sua cabeceira de onde por uma linha seca alcança a nascente do Arroio do Areião e por este abaixo até sua foz no Rio Pitangui, ponto de partida.

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO

Da estaca inicial, cravado junto à Rodovia PR-151, segue o Arroio Areião abaixo até a foz do Lageado Boqueirãozinho donde segue em linha seca para o Norte em cinco quilômetros cruzando a Avenida dos Pioneiros, alcançando a foz do Lageado Carambeí junto ao Rio São João, donde segue o Lageado a montante cruzando a Rodovia PR-151 e seguindo o seu primeiro afluente até a sua cabeceira, donde segue em linha reta até a estaca inicial".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.09.91.

(a) HEINZ HERWIG

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Resolução, de autoria do Deputado Heinz Georg Herwig, deve-se à autorização de realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Carambeí, a ser desmembrado do Município de Castro.

Vale mencionar que o Projeto de Lei que cria o referido Município foi devidamente aprovado e sancionado pelo Poder Executivo, transformado em Lei de número 9350, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná de 23 de agosto de 1990.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 426/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor GEORGE CRAIG SMITH.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.09.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, José Tavares e Heinz Herwig.

JUSTIFICATIVA:

Justificar o presente Projeto de Lei, que visa conceder o Título de Cidadão Honorário ao Senhor GEORGE CRAIG SMITH, deixamos feliz, tendo em vista que objetiva

homenagear o desbravador da cidade de Londrina.

Nascido no Estado de São Paulo, filho de ingleses, educado em Colégio cristão na Inglaterra, chegou em Londrina em 21 de agosto de 1929, chefiando uma caravana composta por não mais que uma dúzia de pessoas, para desbravar 500 mil alqueires de terra no Norte do Paraná.

Naquela época, GEORGE CRAIG SMITH tinha apenas 20 anos, mas possuía um ardente espírito de aventura, pois desde criança sentia um imenso impulso de conhecer o novo, que para ele passou a ser o sertão bruto. O destino colocou-o como desbravador das fabulosas "Terras Roxas" do Norte do Paraná.

Hoje, com 82 anos, reside em Londrina, cidade que o considera Cidadão Honorário, desde 21 de agosto de 1984. Depois de Cidadão Londrinense, Cidadão Paranaense, pois Londrina merece homenagear seu ilustre pioneiro e sempre cidadão. GEORGE CRAIG SMITH não tem descendentes naturais, mas tem nos Londrinenses uma grande família, já que podem ser considerados seus "filhos".

Enumerar os benefícios que o Senhor GEORGE CRAIG SMITH trouxe ao Estado é desnecessário. Basta verificarmos o que Londrina é para o Paraná.

Diante do exposto, contamos com o voto favorável de todos os nobres Parlamentares, para que possamos homenagear, de forma perene, tão grande personagem de um dos mais importantes trechos da História do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 427/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a permutar o lote urbano número 12, da quadra nº 158, com área de 394,60 m², de propriedade do Estado do Paraná, com transcrição imobiliária número 9.880, do Registro Geral de Imóveis da comarca de Guarapuava, sem qualquer benfeitoria, pelos lotes nºs 12 e 13-P, da quadra nº 165, com área total de 617/235 m², de propriedade do município de Ivaiporã, com transcrição no Registro Geral de Imóveis e Hipotecas e Anexos da comarca de Ivaiporã, matrícula nº 3.845/1, contendo edificação de um imóvel em alvenaria, com área construída de 147.91 m², naquela cidade de Ivaiporã.

Art. 2º - O imóvel de propriedade do Estado, de que trata o artigo 1º desta lei, a ser permutado pelos lotes de propriedade da municipalidade de Ivaiporã, destinam-se, exclusivamente, à construção da futura sede própria da Associação Comercial e Industrial daquele município.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.09.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente projeto de lei a finalidade de conceder autorização para que o Poder Executivo do Estado do Paraná possa permutar com o município de Ivaiporã, imóveis já descritos no corpo do projeto.

Saliente-se que a presente proposta preenche os requisitos legais atendendo às exigências para tal fim, pois os imóveis se encontram desafetados do uso comum do pouco ou de destinação pública especial e vêm precedidos de prévia avaliação (documentos em anexo), sendo que das mesmas se depreendem vantagens para o Poder Executivo do Estado, que receberá imóveis hoje com mais valorização no mercado.

Na verdade, através da presente proposta, o que se pretende é melhor localizar a futura sede da Associação Comercial e Industrial de Ivaiporã junto dos demais órgãos da administração pública daquele município, facilitando por consequência a vida dos usuários da comunidade local.

DOCUMENTOS ANEXOS:

- Parecer da Procuradoria Geral do Estado (Regional de Apucarana);
- Laudos de avaliação;
- Certidões dos Registros Imobiliários;
- Plantas de Localização;
- Abaixo-assinado dos membros da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 428/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE ASTORGA, com sede e foro na cidade de Astorga, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.09.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

A Fundação a que se refere o presente projeto, é uma instituição civil, com personalidade jurídica de direito privado, de caráter beneficente, tendo por objetivo proporcionar assistência médico-hospitalar aos pobres e indigentes, gratuitamente aos previdenciários de qualquer Instituto, sendo a sua atividade não lucrativa e todo patrimônio que lhe advir, será para o seu desenvolvimento.

A referida Fundação foi autorizada pela Lei Municipal nº 459/69-C, datada em 13 de dezembro de 1969, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná nº 241, pag.

09 em 18 de dezembro de 1969.

Uma vez que a Fundação Hospitalar de Astorga possa cumprir seu papel social, é justo que seja reconhecida como Utilidade Pública, pelos nobres Pares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno nem no Grande Expediente.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PSB.

(Declina).

PT.

Doutor Rosinha com a palavra.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada. No final da semana passada, mais precisamente sexta-feira o Tribunal Superior do Trabalho julgou a greve dos petroleiros.

Os trabalhadores da PETROBRÁS estavam em greve há nove dias e reivindicavam entre outros pontos de pauta a reposição de 370% que são as perdas acumuladas no período de setembro de 90 a outubro de 91. Período esse compreendido na data-base. Nesse espaço de tempo a perda salarial acumulada foi de 370%, nada mais justo do que a PETROBRÁS atender essas necessidades.

Diz o Governo Federal, que ele é favorável à livre negociação. A livre negociação da qual ele vai armado de leis que oprimem e reprimem e o trabalhador vai armado com a sua única vontade de vencer e a força de trabalho.

Esses trabalhadores tiveram um dos maiores arrochos salariais dos últimos anos e o TST, que nós já conhecemos qual é a sua posição dá mesmo para afirmar que para nós da classe trabalhadora mostrou novamente o que a lei defende e quem a lei defende e o que os juízes votam.

A Justiça do Trabalho, que pelo próprio nome, como assim, as demais justiça, deveria ser totalmente isenta de qualquer opinião política ou isenta de qualquer desvio; na nossa opinião, na da classe trabalhadora, não é assim que ela se comporta.

Trabalhadores que tinham uma perda salarial de 370%, diz o TST que deve ser reposto 100% de todas essas perdas. Não diz baseado em quê, de que período a que período e quando voltará a ter novas negociações. Esses trabalhadores a mais de meses insistem junto à PETROBRÁS na chamada livre negociação. A PETROBRÁS não negociou e entrou na Justiça pedindo que essa greve fosse declarada abusiva.

Será que abusivo não é o salário arrochado que leva à miséria e à fome? Abusivo não é autoritarismo do Governo e da direção da PETROBRÁS; abusiva não é a postura do TST e dos seus juízes, que claramente

têm se colocado favorável aos patrões e ao poder do Estado, jamais ouvindo os clamores da classe trabalhadora que quando tem salário, o salário é baixo ou quando não está no desemprego? Disse ainda o TST, que esses trabalhadores terão os dias parados, descontados na folha de pagamento. Ainda coloca que outras vantagens já conquistadas em acordos anteriores, como é o caso de periodicidade de reajustes salariais, que agora se não for feita a revisão, será somente na data-base.

Existia um adiantamento de 40% do pagamento dia 10 e o restante dos 60% do salário do dia, e o TST manda rever essa postura.

Conquistas de que as mulheres gestantes, tinham um mês a mais, de acordo com acordo coletivo de trabalho manda ser revisto.

E autoritarismo do TST é tanto que chega a desrespeitar a Constituição Brasileira quando recomenda que a Petrobrás não deve mais descontar a mensalidade daqueles trabalhadores que assim querem, pagar seu sindicato via desconto em folha de pagamento.

Este é o TST que diz julgar legalidades de greves e passa por cima da própria Constituição, colocando que deve ser revisto o desconto da mensalidade, que ora é feito na folha de pagamentos.

Aqui, em nome do Partido dos Trabalhadores, queremos dizer que somos solidários aos trabalhadores da Petrobrás. Apoiamos a luta destes trabalhadores. Condenamos a postura autoritária da direção da Petrobrás e do Governo Collor, de não negociar. E, condenamos a parcialidade do TST, que mais uma vez ficou claro de que os juizes do Trabalho do Tribunal Superior do Trabalho defendem a opressão, defendem o achatamento salarial e não defendem o direito ao salário justo; e como consequência, o direito à vida!

Este é o protesto do PT, o Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consultamos à Liderança do PFL se deseja fazer uso do seu Horário.

Com a palavra o Deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRÓ - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, estamos encaminhando, em nome da Assembleia Legislativa, uma moção de apoio ao Ministro Alceni Guerra.

Eu vou ler a justificativa do Requerimento que está sendo encaminhado ao Senhor Ministro Paranaense.

(Lê)

"No momento em que começam a surgir nos meios de comunicação falsas informa-

ções, acerca de protecionismo ao Paraná, por parte do Ministro ALCENI GUERRA, na distribuição de verbas do Ministério da Saúde, não pode esta Assembleia Legislativa permanecer calada ou indiferente.

É preciso não só defender o Ministro, que tem se revelado um paranista autêntico em sua atuação, mas que, acima de tudo, tem se mostrado um brasileiro consciente e cuidadoso no trato da coisa pública.

ALCENI GUERRA, em verdade, o que tem feito, é procurar acabar com a sistemática discriminação na divisão e distribuição das verbas federais - uma constante em relação ao nosso Estado - em praticamente todos os setores, com o recebimento de infimas parcelas.

Assim, quando procura reverter tal situação, proporcionando um tratamento técnico na divisão dos recursos, é inadmissível que vozes se levantem contra o Ministro, e nós, paranaenses, permaneçamos indiferentes, de braços cruzados, alheios à disputa que se esboça.

É preciso sim, que levantemos nossas vozes para mostrar que se está apenas fazendo justiça. Isto é, que um Estado que detém o quinto produto nacional bruto do País, é reconhecido como celeiro da Nação e maior produtor de grãos, e que conta com 10 milhões de habitantes, não pode continuar discriminado.

Há que se levar em conta, ainda, que se tem o quinto maior PIB regional e se coloca em sexto lugar no montante de recursos recebidos do Ministério da Saúde, não se pode dizer que o Paraná vem sendo privilegiado.

Conhecedores das necessidades do Estado e, ao mesmo tempo, identificados com as aspirações dos paranaenses, manifestamos com vigor nossa solidariedade ao Ministro ALCENI GUERRA, certos de que ele está no caminho correto. Certos de que, agindo com critério técnico, faz ele justiça ao Paraná e à sua gente.

Requeremos seja expedido cópia deste à Bancada de Deputados Federais do Paraná".

Eu peço, aqui, o apoio de todos os Parlamentares da Assembleia Legislativa, para que consigamos encaminhar com o apoio de todos os Representantes, esta Moção ao Ministro da Saúde, Alceni Guerra. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o PSDB. Deputado Antônio Anibelli.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada. Acho que o Paraná hoje se une em torno das críticas que têm sido endereçadas ao Ministro Paranaense, Alceni Guerra.

Comuniquei ao nosso 1º Secretário, Deputado João Arruda, da nossa intenção, e a Gazeta do Povo, na sua edição de hoje, relata parte do nosso requerimento, que anunciamos na sexta-feira, em solidariedade a este Ministro. Porque temos vindo e viemos na semana passada através do nosso Deputado Heinz George Herwig, a fazer a defesa do Paraná contra o abandono com que o Governo Federal vem relegando o nosso Estado. E quando vemos que um Ministro Paranaense, um homem sério, digno, honrado, competente, trabalhador, está sendo boicotado pela imprensa nacional, procurando fritá-lo, para que o Paraná perca ainda as últimas esperanças. Porque Alcení Guerra, como Ministro, tem trazido verbas para o nosso Estado, para as Prefeituras de todos os Partidos políticos representados neste Estado. Tem procurado ajudar o Governo do Estado do Paraná, e é inadmissível que esta Casa deixe que a imprensa nacional, deixe com que a imprensa paranaense mostre ao Paraná e ao Brasil que o nosso Ministro está sendo fritado!

E nós, representantes do povo, na Assembleia, representando Vereadores, Prefeitos e o Governo do Paraná, deixemos com que o nosso Ministro seja fritado, talvez porque ele seja um dos poucos Ministros sérios deste País, e amanhã ou depois ele seja mandado embora porque talvez estejam querendo que lá entre outro Ministro que talvez faça o jogo do Governo Collor, de cobrar comissões para liberar verbas.

Conheço Alcení Guerra, do Sudoeste do Paraná, como médico, na cidade de Pato Branco. Sou seu admirador pelo seu trabalho como médico, como Deputado Federal e agora como Ministro. Eu acho Senhor Presidente, e agradeço sua assinatura neste requerimento, que as nossas lideranças, nesta Casa, independente de partidos, todas as lideranças nos manifestemos nesta hora difícil para o nosso Ministro! Tem que haver união do Paraná, e o nosso Governador, como eu falava na semana passada, tem que assumir a liderança deste Paraná, a nível nacional, para que o Paraná não seja relegado a um segundo plano, como o foi muitas vezes, quando até tivemos Ministros paranaenses, a nível nacional.

Eu acho que é chegada a hora, Senhores Deputados, de nos unirmos para que o nosso Ministro não seja alijado, e o Paraná, esta potência, este orgulho deste Estado, não só economicamente, não só de produção, mas de caráter, de gente séria, que apesar de sermos contra o Governo Federal temos que defender a participação deste Estado, apesar do mal Governo que vem fazendo o Senhor Fernando Collor, mas que a nível de Saúde nós temos tido a honra de ter um paranaense, no seu Ministério.

Concedo a palavra ao Deputado Costena-

ro Neto.

O SR. ANTONIO COSTENARO NETO - Deputado Annibelli, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Realmente nós ficamos felizes em ver esta sua manifestação como um Deputado de outro Partido, a não ser do nosso Partido, falando sobre o nosso Ministro. Talvez se fosse uma posição do nosso Partido poderia ser até mal interpretada, como defesa do companheiro de Partido, mas vemos de Vossa Excelência o reconhecimento do trabalho do nosso Ministro, não é Ministro do PFL, ele é o Ministro que está filiado no PFL, ele é o Ministro paranaense; e na verdade, parece que é até brincadeira se ver acusações desse tipo. Eu acho que o Ministro tem sido até muito modesto na sua maneira de homem sério, competente, que trata a causa pública com muita seriedade, ele não tem, na verdade, feito nenhum gasto absurdo de dinheiro no Estado do Paraná, a não ser aceitar as reivindicações do próprio Governo, dos Prefeitos, de todas as Lideranças do Paraná, tem procurado atender com a possibilidade que o seu Ministério lhe concede, lhe dá. Nós esperamos sim que como Ministro do Paraná ele venha a dar muito mais do que tem dado para o Paraná, e aí a gente vê acusações absurdas, estúpidas, sem cabimento. Nós paranaenses de fato temos que nos levantar, não permitir que o Paraná seja apenas o primo rico, aquele que tem muito dinheiro, que aqui nós temos dinheiro para distribuir. Não! Nós temos mesmo Deputado Annibelli, Senhores Deputados, nós temos que cobrar, e cobrar com veemência, por que eu que fiz a campanha do Presidente Collor hoje me sinto até envergonhado com acontecimentos que têm acontecido neste País nosso, tantas frustrações, tantos absurdos, na verdade abusos. O que nós queremos e, ainda depositamos esperança de que na trajetória do início do Governo ele possa ainda traçar um Governo que todos nós sonhamos desde a sua candidatura, e porque não torcer para que o seu Governo seja um bom Governo para o Brasil, para que todos nós tenhamos lugar no final da história, e o nosso Ministro, mais do que nunca, devemos defender, porque senão daqui a pouco nós vamos perder até o Ministro que é nosso, que nos vê mais de perto, que pode servir nosso Estado como vem servindo toda a Nação brasileira. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - Eu agradeço o aparte do nobre Líder do PFL, e talvez estas acusações que estão partindo a nível Nacional seja um ciúme de o nosso Ministro estar dando uma de nordestino, trazendo para o nosso Paraná aquilo que o Nordeste leva todo dia para o Nordeste do País e

deixa de trazer para o Sul, que é a região mais rica, a que ajuda este País a não morrer de fome, enquanto que o Nordeste procura levar os recursos que deveriam ser aplicados neste Estado, e o Ministro Alceni Guerra tem sido criticado por ajudar o Paraná. Eu acho que aí está o grande motivo, pelo seu trabalho, e que isto muito honra o Paraná. Meus parabéns ao nobre Ministro e fica aqui este Requerimento e peço assinatura de todos os companheiros para que demos a força a este Ministro para que continue com a sua luta em favor do nosso Estado e pela seriedade deste País. Muito obrigado.

- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PRN com a palavra.
(Declina).
PMDB com a palavra.
(Declina).
PTB com a palavra.
(Declina).
PDT com a palavra.
(Declina).

O SR. ALBINO CORAZZA (Pela Ordem) - Nós queremos aproveitar para fazer o registro da presença nesta Casa dos Vereadores da cidade de Corbélia, que está aqui presente hoje na pessoa do Presidente da Câmara, Darci José Ludnig, e os Vereadores Ivete Durigon Paini, Adão Barbosa, Marcelino Bertão, Célio Huff e Orleu Braviu. Esse registro é com satisfação pela presença e a visita que fazem à nossa Assembleia Legislativa.
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, no mesmo momento em que nós também somos solidários a esse manifesto em favor do Ministro Alceni Guerra, e queremos também dizer que um outro assunto também de suma importância para a Região Sul do país, em especial ao Paraná, é a questão da decisão a respeito do BRDE. Com a mesma preocupação de mantermos na pasta da Saúde o Ministro Alceni Guerra, é importante que esta Casa também não se descuide da questão do BRDE. E há questão de duas semanas atrás eu encaminhei à Mesa um requerimento pedindo a criação de uma Comissão suprapartidária para coordenar as ações desta Casa, com vistas à reativação do BRDE.

E eu gostaria que V.E.a. encarcesse aos líderes das várias Bancadas a indicação de um de seus membros para que nós possamos formar esta Comissão e partirmos para uma análise desta situação, junto ao Governo do Estado, junto às várias autori-

dades desta situação, junto ao Governo do Estado, junto às várias autoridades, no sentido de que não deixemos que esta questão do BRDE fique sem uma solução.

Há uma grande possibilidade na federalização do banco, assuntos relacionados à permanência, à existência desse banco. Basta que esta Casa, também, se una, independente de cor partidária no sentido de fazer valer a permanência do BRDE. Neste sentido peço a V.E.a. que solicite aos Líderes a indicação de seus membros.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa reitera a solicitação às Lideranças para que indiquem os membros da Comissão que vai tratar do assunto da restauração do BRDE.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 46 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti, José Tavares e Heinz Herwig, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 141/91, de autoria do Deputado JOÃO IENSEN, que dispõe sobre o livre acesso de ministros de cultos religiosos em hospitais públicos e privados para prestar assistência religiosa e espiritual aos doentes. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.E.C.E., por unanimidade.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI Nº 141/91

O artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Aos ministros de cultos religiosos é permitido o livre acesso aos hospitais - para prestar assistência religiosa e espiritual aos doentes, com exceção dos hospitais especializados de doentes mentais.

Sala das Sessões, em 23.06.91.

(a) COSTENARO NETO

Apoiamento: José Artur Ritti, Luiz Carlos Martins, Hermas Brandão, José Tavares.

JUSTIFICATIVA:

Embora tenhamos consciência da importância que a pregação religiosa presta conforto ao espírito a todos que se encontram doentes, no caso dos doentes mentais, por estarem perturbados, deve-se evitar a visita de qualquer pessoa alheia ao processo de recuperação aos pacientes, permitindo assim a visita aos familiares autorizados pelos médicos do Hospital. Neste caso, não permitindo a pregação religiosa, respeitando o credo a cada um dos pacientes internados.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 141/91

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, de autoria do Deputado JOÃO IENSEN, dispõe sobre o livre acesso de ministros de cultos religiosos em hospitais públicos e privados, para prestar assistência religiosa e espiritual aos doentes.

Em tese, o texto ratifica as disposições constitucionais pertinentes.

A pretensão do Deputado ANTÔNIO COSTENARO NETO de por Emenda Aditiva, excluir o acesso àqueles hospitais para doentes mentais, repercute desnecessária quando a iniciativa original propõe a prévia audiência do corpo médico responsável, bem assim, dos familiares do doente.

À vista disto, o Projeto de Lei nº 141/91, merece a nossa irrestrita aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

RENATO ADUR

Relator

Em votação o projeto ressalvada a emenda. **APROVADO** o Projeto.

Em votação a emenda, com parecer contrário.

Os Senhores Deputados que rejeitam a emenda permaneçam como estão. **REJEITADA**.

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/91, de autoria do Deputado ADEMAR LUIZ

TRAIANO, que dá nova redação ao "caput" do artigo 67 da Lei nº 8.993/89. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO** com parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI Nº 180/91

O Projeto de Lei nº 180/91 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - As reincidências previstas no artigo 67 da Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989 em análise pelos órgãos competentes do Governo do Estado, praticados pelas microempresas assim definidas na Lei Complementar nº 58 de 16 de julho de 1991, ficam sujeitas a multa, estando esta sujeita a atualização monetária.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Sessões, em 23.08.91.

(aa) ERNANI PUDELL,

DOCTOR ROSINHA e

OVIDIO CONSTANTINO.

Apoiamento: Albino Corazza e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos, com a presente Emenda, limitar os encargos decorrentes da reincidência a que estejam sujeitos os microempresários do Paraná, ao longo do desenvolvimento de suas atividades.

Já beneficiados com o regime fiscal das microempresas, tencionamos livrá-los dos ônus correspondentes aos processos ainda em análise pelo Estado, fator que indubitavelmente beneficiará inúmeros empreendedores espalhados pelos rincões do Estado.

Contamos, portanto, como certa a Aprovação da presente proposta.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 180/91

P A R E C E R:

A presente emenda apresentada em plenário e de autoria dos Deputados Ernani Pudell, Florisvaldo Fier e Ovídio Constantino.

Analisada a matéria no tocante a obediência ao seu trâmite legal e regimental obedece o § 4º, do art. 94, do Regimento Interno da Casa.

Pretendem os autores da presente Emenda limitar os encargos decorrentes a que estejam sujeitos os microempresários do Paraná, ao longo do desenvolvimento de suas atividades, tencionando livrá-los dos ônus correspondentes aos processos ainda em análise pelo Estado.

Em nossa opinião, o Substitutivo não conflita com o Projeto de Lei, o qual se deseja emendá-lo. Dá-lhe, sim, melhor re-

dação, facilitando a compreensão da medida a que se destine este último.

Assim sendo, por não haver óbice legal, constitucional ou regimental à presente emenda e por entendê-la oportuna, é o nosso Parecer FAVORÁVEL à Emenda, opinando-se pela sua Aprovação, na forma em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, registrando os votos contrários da Bancada do Partido dos Trabalhadores, ao Projeto e ao Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente, está registrado.

A emenda está prejudicada pelo Substitutivo Geral.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 328/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem nº 56/91, autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Indianópolis, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná na sede daquele município, constituído pelo lote nº 06, da Quadra nº 01, com área de 523,00m² e frente para a Avenida Chiquantes, contendo edificação com 165,35 m², matriculado sob o nº 5768, no Cartório de registro de Imóveis do 1º Ofício da comarca de Cianorte. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem nº 59/91, autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, o imóvel situado no município de Palmeira, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 334/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem nº 62/91, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Medianeira, o imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 043/91, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, denomina SALA DEPUTADO GABRIEL MA-

NOEL as dependências onde está instalada a gráfica deste Poder Executivo. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Executiva. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 041/91, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Palmas, para que a população decida sobre o desmembramento do Distrito de Iratim no Município de Palmas e a sua incorporação ao município de Bituruna. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, este Projeto de Resolução nº 41 é um projeto que de, certa forma, dado as manifestações que temos recebido das comunidades da Bituruna, da comunidade de Irati e lideranças políticas de Palmas e também tendo em vista manifestações de diversos Senhores Deputados, é um projeto que tem apresentado uma certa polêmica com referência à sua tramitação. Alguns Parlamentares de nossa bancada chegaram até a nos sugerir que fechássemos questão em relação à votação deste projeto.

No entanto, é um assunto que temos tratado seguidamente nesta Casa e para o qual não se tem fechado questão desta ou daquela bancada, deste ou daquele grupo de Parlamentares.

Temos conversado com o Deputado Valdir Rossoni sobre este projeto, com o Deputado Antônio Annibelli, com o Deputado Dobrandino, com o Deputado Neivo, bem como também com V.Exa., Senhor Presidente, que são os que estão, de certa forma, mais integrados das polêmicas e das demarches que envolvem a discussão da comunidade de Irati pertencente ao Município de Palmas.

Entende o Deputado Rossoni que o caminho para resolver a problemática existente com relação à divisa, com relação à autonomia daquela Região, de se pertencer a Bituruna, ou continuar pertencendo a Palmas, passa inicialmente pela realização do plebiscito através desta resolução que está sendo proposta.

Conversamos com o Deputado que talvez o melhor caminho para se resolver este problema vamos encontrá-lo naquilo que estabelece o Artigo 12, § 2º: "Os Estados e os Municípios deverão, no prazo de três anos, a contar da promulgação da Constituição, promover, mediante acordo ou arbi-

tramento, a demarcação de suas linhas divisórias atualmente litigiosas, podendo para isso fazer alterações e compensações de áreas que atendam aos acidentes naturais, critérios históricos, conveniências administrativas e comodidade das populações limítrofes".

Parece que aqui está registrado justamente conveniências administrativas e comodidade das populações limítrofes mas é o que mais interessa à comunidade de Irati, por estar mais próxima da sede do Município de Bituruna.

Também alertamos ao Deputado Rossoni, e aqueles com que estivemos conversando, que pela Legislação, - e nos parece que ela ainda está em vigor, quando se trata da transferência de uma área pertencente a um município para outro, neste caso especificamente deverá haver a manifestação do Poder Legislativo, que recebe a área, e do Poder Legislativo que perde esta área geográfica.

Entendemos que embora respaldado por um parecer da Comissão da Constituição e Justiça, no qual não encontramos maiores obstáculos, mas temos além de tudo isto que, hoje, se estabelece para a marcação de um plebiscito, o parágrafo 2º do Artigo 12 das Disposições Transitórias da Constituição Federal e temos também a legislação que, pelo que consta, não foi revogada, que determina haja manifestação de quem ganha e de quem perde área geográfica.

O assunto, evidentemente, não é uma questão fechada de nossa Bancada. Os nossos Parlamentares votarão de acordo com o que julgarem mais conveniente. Nós iremos votar contra o Projeto de Resolução, por entender que estes critérios deveriam ser obedecidos. Mas é um assunto que não é questão fechada e cada um dos nossos votará de acordo com sua conveniência ou consciência.

O SR. VALDIR ROSSONI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, ouvi a argumentação do Líder do PMDB e agradeço ao Deputado por não fechar questão em cima desta matéria, mas quero dizer que este assunto está gerando uma polêmica muito grande entre o município de Bituruna e o município de Palmas. Esta área que peço a incorporação ao município de Bituruna fica numa distância de aproximadamente 130 Km. do município de Palmas e fica do município de Bituruna aproximadamente 20 Km. O município de Bituruna há muitos anos vem dando atendimento para a educação, rodovias, assistência social para toda esta área.

Procuramos, com as autoridades de Palmas, para se fizéssemos um acerto das divisas, que Bituruna pudesse atender, como está já atendendo há muitos anos esta

área, mas as autoridades de Palmas, baseadas na opinião da maioria e achando que esta Casa não aprovaria esse meu projeto de incorporação, ela achou por bem não fazer o acerto.

Eu acredito que a votação favorável à minha proposição fará com que o município de Palmas, além de procurar-nos para fazer um acerto quanto a esse grave problema que existe nesta área, fará com que nós façamos as divisas corretas entre o município de Palmas e o Município de Bituruna, por isso baseado em cima da legalidade, em cima de um bom entendimento aonde nós estamos aqui para atender a população eu peço aos Deputados desta Casa que apoiem a minha proposição, pois assim nós estaremos colocando na mão da própria população que irá escolher, qual é o município que ela quer pertencer, porque nós estamos pedindo que se autorize o plebiscito para que a população se pronuncie, se ela quer ficar pertencendo ao município de Palmas ou se ela quer se transferir para o município de Bituruna.

Acho que o melhor árbitro desta tese e deste assunto é a própria população que reside nesta área. Não é possível que nós deixemos uma população de aproximadamente 600 pessoas que não tem estradas, não tem escola e não tem assistência social. Eu estou procurando um caminho para atender àquela população que desde a emancipação política do Município de Bituruna, não está sendo atendida condignamente.

Por isso eu espero o apoio ao meu projeto.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam...

O SR. DOBRANDINO DA SILVA - (Para encaminhar) - Sr. Presidente.

Embora o respeito que eu tenho pelo Líder do PRN, mas eu ouvindo o Prefeito de Palmas que veio ao meu gabinete e fez um apelo, pedindo que contraria os interesses do município, eu em boa hora, respeitando o Líder do PMDB, que não fechou questão, eu acho que é uma questão democrática, mas o meu voto é contrário principalmente ouvindo o apelo do Prefeito de Palmas, essa é a minha posição.

O SR. NEIVO BERALDIN - Sr. Presidente, também gostaria de declarar meu voto contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Anotado. Vamos votar.
Aprovado.

O SR. VALDIR ROSSONI - (Pela Ordem) - Eu só queria agradecer o voto que eu recebi dos companheiros ao meu projeto e di-

zer que eles estão aqui com este voto, deixando nas mãos da população escolher qual é o seu destino.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimentos de n°s 2423 e 2445, de autoria dos Srs. Deputados Antônio Annibelli, Emília Belinati, Algaci Túlio e demais Srs. Deputados, constantes do expediente. Em Votação.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - (Pela Ordem) - Gostaria que V.Exa. informasse a este Deputado, se o Requerimento proposto por mim e vários Senhores Deputados foi votado?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Não, os três requerimentos foi requerido...

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - (Pela Ordem) - Eu solicito a V.Exa. que democraticamente, coloque em votação cada um dos três, porque, se não a vontade unilateral de um Deputado, vai fazer com que um assunto de tanta relevância seja para a próxima semana, postergado para terça, quarta ou quinta. Vamos dar uma prova de desunião nesta Casa num momento grave. Eu acredito que o PT poderia encaminhar a votação, discordar do nosso requerimento, votar, mas não deixarmos três requerimentos, de três Deputados, de partidos diferentes, caíam num lugar onde não é o que 95% da Casa deseja.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa, infelizmente, indefere o pedido de V.Exa. porque se trata da mesma matéria. Apenas se o Deputado retira o Requerimento, a gente...

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - Eu apresentarei, imediatamente, um novo requerimento, Sr. Presidente.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2444, de autoria do Sr. Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. Deferido.

Requerimento de n° 2432, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2438, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado.

Requerimentos de n°s 2426 e 2427, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia,

constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2425, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 2424, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2439 e 2440, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca de Macedo, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2433, de autoria dos Srs. Deputados Ermani Pudell, Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, constante do expediente. Rejeitado.

O DR. ROSINHA - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

(Pausa).

Cinco Senhores Deputados.

Os Senhores Deputados que rejeitam o Requerimento queiram levantar-se.

(Pausa).

Vinte e três.

Rejeitado o Requerimento.

Requerimento de n° 2446, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, com apoio do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado.

O DR. ROSINHA - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Agora já está na fase de votação.

O DR. ROSINHA - Então, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - V.Exa. encaminha a votação.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, temos nos colocado em oposição ao Governo Collor e a sua política em relação à classe trabalhadora.

A política do Presidente da República tem sido, de uma maneira geral, independentemente do seu "staff" ministerial, uma política de achatamento dos salários da classe trabalhadora, uma política contra a reforma agrária, uma política pela desestruturação das Universidades, uma política de destruição do serviço público. Isso não

é fruto de uma única cabeça, mas sim fruto de todo o "staff" do Governo a nível federal.

No caso específico do Ministério da Saúde, Alcení Guerra, hoje cantando como democrata, fez inúmeros vetos na Lei Orgânica da Saúde, vetando a participação da comunidade, vetando o repasse de dinheiro para os municípios com os critérios que já estavam definidos, vetando a parte do projeto que estabelecia os pagamentos da Previdência em relação a todos os serviços do setor de saúde, e ainda mais: assinou uma "Carta de Intenções" com o governo francês, aonde coloca um projeto de construção de três grandes fábricas de produtos derivados de sangue no Brasil, ferindo os princípios constitucionais. Por essa "Carta de Intenções", ele que já toma o salário e mata o trabalhador de fome, coloca que o Brasil vai exportar 30 mil litros de sangue anualmente. Não basta já o massacre que tem feito, ainda assim entra na política internacional de exportação de sangue do Brasil para a França, conforme "Carta de Intenções" assinada entre o Ministro Alcení Guerra e o governo francês.

Na questão específica de repasse de verbas para os municípios, a política do Ministro Alcení Guerra, junto com a política de Fernando Collor, o nosso Presidente da República, é de passar financiamento ao setor, aos prefeitos que, de pires ou de chapéu nas mãos, se colocarem de joelhos, e não obedecendo critérios específicos para o repasse de verbas.

E ao invés de obedecer o art. 35 da Lei Orgânica da Saúde, no qual fixa critérios para o repasse de verba, ele o faz na base de favorecimento político. E isso é feito em todo o Governo Collor e na área de saúde também.

Por isso, a Bancada do Partido dos Trabalhadores vota contrário a este requerimento a ser enviado ao Ministro da Saúde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento...

O SR. RAFAEL GRECA (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu estou espantado com a visão míope do Dr. Rosinha, porque, na verdade, melhor para nós o Ricardo Ackel de Diretor Geral do Ministério da Saúde, o Ministro Alcení Guerra, de Ministro da República do que nós não termos paranaenses em postos-chaves em Brasília.

Mesmo concordando em parte do pronunciamento do Deputado Rosinha, porque o Governo do Presidente Fernando Collor de Mello degradinga, vai mais por baixo do

que barriga de cachorro basset, ainda assim não podemos, de maneira nenhuma, deixar de apoiar a iniciativa de se clamar pela permanência de um paranaense no Ministério da Saúde.

A cidade de Curitiba mesmo recebeu os recursos devidos à saúde do seu povo e tem conseguido manter uma rede de 59 postos de saúde com atendimento primário, graças ao empenho desses paranaenses que estão lá em Brasília, porque ruim com eles, muito pior será, se outro integrante da "República das Alagoas" ocupar mais uma Pasta do Ministério.

Esta é a Assembléia do Paraná. Neste ponto nós precisamos ser um pouco mais inteligentes na prática, um pouco mais semelhantes aos nordestinos na nossa prática política. De maneira nenhuma podemos deixar de apoiar o desagravo ao Ministro Alcení Guerra, caso contrário, a anedota de que "visitante dos infernos, visitando diversos caldeirões, viu vários diabos auxiliares empurrando as pessoas para dentro dos caldeirões, mas vendo o caldeirão do Paraná, viu que diabo algum havia. Era um caldeirão placido, de onde apenas borbulhava, de vez em quando, uma ou outra borbulha de enxofre. Perguntou o visitante do inferno ao cicerone: "Por que esse caldeirão não tem nenhum diabo aqui para empurrar as pessoas de novo para dentro do enxofre?" E o diabo cicerone respondeu: "Não tem nenhuma necessidade, não carece. É o caldeirão do Paraná. Quem quer sair para fora, os que estão por baixo, puxam de novo para dentro, para que se afoquem no enxofre".

Temos nós a obrigação de apoiar o Ministro Alcení Guerra; temos obrigação de apoiar o Ricardo Ackel, são médicos competentes, são paranaenses ilustres e merecem o apoio desta Assembléia, porque o nosso povo precisa ter representatividade na República. Caso contrário, talvez não seja má ideia, a gente proclamar aqui a "República das Araucárias", e daí convidamos o Dr. Rosinha para ministro da Saúde.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Sr. Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Eu apenas quero registrar, Sr. Presidente, que o caldeirão que o Deputado Rafael Greca estava se referindo, certamente é o caldeirão das elites do Paraná, a elite "collorida" que hoje realmente tem que fazer o papel de "Madalena arrependida". O Paraná tem uma dívida para com a história desse País. Nós, lamentavelmente, consagramos nas urnas o Presidente da República, que conseguiu fazer mais estragos a esse País do

que os portugueses e todos aqueles que os sucederam nesses 500 anos.

Nós entendemos que não cabe ao Poder Legislativo do Paraná ficar bajulando o Ministro, qualquer um que seja. Muito menos não devemos nos imiscuir nas fofocas palacianas que temos em Brasília. Esse Poder tem coisas mais sérias a tratar.

Além disso, queremos dizer que nós, efetivamente, nos somamos e nos insurgimos quando o Paraná for discriminado naquilo que é do seu direito, na distribuição de verbas. Agora, achamos também e jamais vamos advogar que o Paraná seja privilegiado em detrimento de outros Estados. Nós entendemos que o Governo Federal tem a obrigação de destinar os recursos a cada Estado, conforme as suas necessidades e atendendo, inclusive, a política de diminuição das desigualdades regionais que temos em nosso País.

Esse é o papel do governo central. Se o Ministro Alceni Guerra está destinando as verbas que o Paraná realmente tem direito, não faz mais do que sua obrigação. Esta é a sua função.

Se ele está privilegiando o Paraná em detrimento de outros Estados, não podemos concordar, porque nós sempre nos insurgimos e denunciemos e esse Parlamento está cheio de manifestações nesse sentido, questionando o fato de que o Paraná tem sido discriminado.

Então, achamos que este Poder pode perfeitamente se dedicar a outras tarefas que não sejam exatamente a de entrar, se imiscuir nessas fofocas, nessas brigas palacianas, nessas discussões de alianças que temos aí pelo Brasil, que na verdade, não colocam a questão fundamental.

Para nós não faz muita diferença entre um Ministro do Paraná, um Ministro do Pará, um Ministro do Rio Grande do Sul.

O que nós gostaríamos, isso sim, é que o Governo Collor tivesse uma política que procurasse resgatar a enorme dívida social que este País tem, uma política que acabasse com a recessão, que promovesse o desenvolvimento econômico, que promovesse a distribuição de rendas em nosso País, que atacasse de verdade a corrupção que assola o seu Governo, e que está pior do que o Governo Sarney.

Essa é a questão fundamental que nós queremos. Se o Ministro Alceni Guerra tiver competência em exercer o seu cargo, ele se manterá independente do posicionamento deste Poder, caso contrário, talvez não.

Então, esse é o posicionamento que nós gostaríamos de deixar aqui registrado. Somos contrário a esse voto que hoje pretende o Deputado Annibelli.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI (Para Encaminhar)

- Eu discordo do Líder Ernani Pudell porque se a Assembléia do Paraná não pode perder tempo, Sua Excelência pediu para que fosse discutido no dia de amanhã.

Nós estamos ganhando 24 horas, meu querido Líder do PT. Então é uma questão de inteligência e de tempo, não estamos perdendo, estamos ganhando.

O voto contrário de Sua Excelência ao Requerimento, é uma questão do seu partido.

Já discordo de Vossa Excelência quando diz que não interessa ser o Ministro do Pará, do Amazonas, de São Paulo ou do Paraná.

Para mim, para os nossos Deputados, Vereadores, Prefeitos interessa muito e até para o nosso Governador, porque teremos preferência no atendimento.

Quisesse Deus que nós tivéssemos um Ministro dos Transportes e estaríamos unidos contra o que se vem fazendo no nosso Estado do Paraná, deixando-se que vidas e vidas se percam todos os dias nas estradas de Garuva, na estrada de Vossa Excelência - a 277 - que liga o seu Município de Cascavel a Foz do Iguaçu.

Neste, Vossa Excelência não foi contra. Talvez Vossa Excelência queira ser candidato a Prefeito, seja Prefeito amanhã, que Deus lhe abra os caminhos; mas que Vossa Excelência tenha um Ministro se Vossa Excelência for Prefeito de Cascavel. Que Vossa Excelência o receba para tratar as crianças dos acampamentos. E se apenas as vacinas salvarem vidas dos acampados do PT, já mereceria o Ministro Alceni Guerra o voto de Vossa Excelência.

A discordância do Deputado Rosinha talvez seja compreensível, porque médico, dizem não se bica com médicos.

Aí é um problema de Vossa Excelência e graças a Deus não sou médico, admiro a classe médica.

É um dom divino ser médico, Deputado Rosinha, e eu acho que nesta briga nós não nos devemos intrometer.

Mas quanto ao apoio da Assembléia ao Ministro para que traga as vacinas para aquelas criancinhas que diziam que o PT queria engoli-las, eu acho que vale o voto ao Ministro Alceni Guerra.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar) -

Eu ouvi as explicações do Deputado Ernani Pudell, Líder do PT, que falava da "Madalena Arrependida", e gostaria de dizer a ele que não me coloco em nenhum dos casos.

Não sou nem "Madalena Arrependida" e nem "viúva do Lula Raivosa".

Então vou votar em favor do manifesto desta Assembléia, em favor do Ministro do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação.

Os Senhores Deputados que o aprovam, conservem-se como estão. Aprovado.

Requerimento de n° 2431, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2428, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2434, 2435, 2436, e 2437, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, constantes do expediente. À Coordenadoria de expediente.

Requerimento de n° 2411, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Apenas quero registrar o meu protesto a este Poder que este Poder sempre se mobiliza para fazer homenagens a figuras ilustres, mas na hora de se somar a dor e à luta do trabalhador e do povo, ele se manifesta contrário.

Era isto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 077/91

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 180/91.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 041/91

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 163/91, 173/91, 258/91, 267/91, 283/91, 311/91, 323/91.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NELSON GARCIA, EM SESSÃO DO DIA 23 DE SETEMBRO DE 1991

Tratamento "Saudável" ao Paraná

O Ministro Alcení Guerra, da Saúde, embora provando que trata o Paraná com critério técnico na distribuição dos recursos do seu Ministério, alertou que o Estado deve ter o que merece.

É que o Paraná é o quinto produtor regional bruto do País, celeiro da Nação, maior exportador de grãos e com uma população da ordem de 10 milhões de habitantes, mas tem sido sistematicamente discriminado na divisão de verbas federais.

Alcení, um paranaense de formação, guindado para o Ministério do Presidente Collor, tem procurado reverter essa situação no escopo de sua Pasta, por isso e apenas por isso, o Ministro da Saúde foi alvo de ataques de interesses localizados em outras regiões, incomodados porque, pelo menos em um segmento da administração federal, o Paraná voltou a ser tratado com a consideração que sua gente merece no reparte dos benefícios federativos.

Em lapidar informação distribuída aos nossos leitores na edição de ontem desta "Gazeta do Povo", ficou comprovado que o Paraná foi o sexto colocado na partilha de recursos financeiros do Ministério da Saúde, no exercício de 1990.

Se tem o quinto maior PIB Regional e ficou na sexta posição, o Estado não tem sido privilegiado de modo algum, equilibrando-se os fatores.

Os informes parciais que davam o Estado como privilegiado, referem-se a dados ainda não consolidados do ano em curso e que, por uma decorrência lógica, não podem servir de parâmetro a quem estiver movido pela seriedade.

Também foram comparações "usando relatórios parciais do INAMPS e do ministério e ao usar duas fontes distintas, que não podem ser comparadas (o todo com a parte)" na avaliação do próprio Ministro chegaram "a situações que não correspondem à realidade".

Em vez, o levantamento das aplicações de recursos em 1990, segundo o relatório já consolidado do Ministério, apresenta um total geral por Estado da seguinte ordem:

Em primeiro lugar, São Paulo, com CR\$ 124 bilhões; em segundo, Rio de Janeiro, com 100 bilhões, em terceiro, Minas, com 61 bilhões; em quarto, Rio Grande do Sul, com 43 bilhões, em quinto, Bahia, com CR\$ 30.469.905.741,18; em sexto, Paraná, com 30.028.351.681,25, portanto ligeiramente atrás dos baianos, em sexta posição.

Transcrição:

Para fins de informação ainda. Alagoas foi o 16º Estado a receber recursos dos MS, com CR\$ 11.550.765.266,71.

Alceni Guerra, salientou que o critério técnico se baseou principalmente no índice populacional de cada Estado para proceder com justiça à distribuição das verbas.

Assim, na área de assistência ambulatorial, enquanto o Paraná ficou com CR\$ 34 bilhões, São Paulo recebeu 144 bilhões; na assistência hospitalar, o Paraná ficou com 41 bilhões enquanto São Paulo, fez jus a 302 bilhões.

"O Paraná, na área da saúde pública, está sendo beneficiado na exata medida de sua importância econômica e peso populacional no País, enfatizou o Ministro após desfilar os números comprobatórios.

Pena que tal critério não esteja sendo observado em outras áreas da administração federativa, conforme demonstram os números das aplicações em rodovias, em obras educacionais, em assistência social etc.

No geral das relações entre o Estado e a União Federal o Paraná, fica muito distanciado de ver retornar parcela correspondente ao ingente labor de seu povo para o monte comum, despertando pelo contrário, reservas quanto à validade dos arranjos institucionais que mantêm este País fortemente centralizado.

Não tem procedência - vê-se - as críticas ao ânimo paranista do Ministro Alceni Guerra, que sabe equilibrar o reconhecimento que tem para com a terra que o acolheu com suas responsabilidades de Ministro de Estado da Federação Brasileira; prova a mais da maturidade que o habilita para um cargo espinhoso, onde tem tido uma atuação exemplar.

Fazemos justiça portanto, exprimindo o ponto de vista unânime da opinião pública paranaense, de que o Ministro Alceni Guerra soube tratar o Paraná como o Estado merece, é um dos mais qualificados e competentes membros da equipe do Governo Colômbia.

Ato da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 394/91
autorizar, JOSÉ CARLOS PEREIRA PAIVA, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6174, de 16 de

novembro de 1970.

(Protoc. nº 6836)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 396/91
mandar pagar, a JAIR LARA MANOEL, viúva do ex-Deputado Estadual, Gabriel Manoel, falecido em 18 de julho de 1991, pensão mensal no valor de 1/3 (um terço) do subsídio fixo de Deputado Estadual, de acordo com a Lei nº 4763, de 05 de novembro de 1963, e Art. 3º, do Decreto Legislativo nº 180/64, de 18 de maio de 1964; e nos termos da Resolução nº 045/90, de 26 de junho de 1990, respeitando-se o Art. 3º e respectivo parágrafo da Lei nº 7568, de 11 de janeiro de 1982.

(Protoc. nº 7000)

Palácio "XIX de Dezembro", em 08.08.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 397/91
CONSIDERANDO - o infausto passamento do Senhor MOYSES LUPION, ex-Governador do Estado do Paraná, ocorrido em data de 29 de agosto deste ano, na Cidade do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO - a importância das contribuições prestadas ao Estado do Paraná em vida;

CONSIDERANDO - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para o Estado e para a sociedade paranaense, dada a sua promissora carreira como homem público, como Governador do Estado do Paraná (por duas vezes), sempre voltado para as aspirações da comunidade;

R E S O L V E:

Art. Único - A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, guardará luto oficial, por três (03) dias, a contar desta data, como expressão de pesar, pelo falecimento do ilustre Senhor MOYSES LUPION.

Palácio "XIX de Dezembro", em 30.08.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 399/91
autorizar, GILBERTO BITTENCOURT FONTOURA e MARCO AURÉLIO S. ROCHA, funcionários efetivos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestarem serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. nº 7720)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 400/91
I - exonerar, a pedido, MARCELO RENAUX WILLER, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de setembro de 1991;
II - prover, SILVIA EUFENIA ALBERTINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de setembro de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 401/91

I - exonerar, a pedido, RICARDO RACHED, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 2ª Vice-Presidência, a partir de 1º de setembro de 1991;

II - prover, JOSIANE TEREZINHA CZAIAKA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 2ª Vice-Presidência, a partir de 1º de setembro de 1991;

III - autorizar JOSIANE TEREZINHA CZAIAKA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de setembro de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970;

IV - exonerar, a pedido, ALTAIR LEAL DE LIMA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da 2ª Vice-Presidência, a partir de 1º de setembro de 1991;

V - prover, LUCIMAR MARIA GOMES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da 2ª Vice-Presidência, a partir de 1º de setembro de 1991;

VI - autorizar LUCIMAR MARIA GOMES, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de setembro de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n° 8102)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 402/91

I - exonerar, a pedido, ODETE TIYOKO ETO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Eurides Moura, a partir de 1º de setembro de 1991;

II - exonerar, a pedido, ROSA MARIA MEGIAS LIGMANOWSKI, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Eurides Moura, a partir de 1º de setembro de 1991;

III - prover, ODETE TIYOKO ETO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Eurides Moura, a partir de 1º de setembro de 1991;

IV - prover, ROSA MARIA MEGIAS LIGMANOWSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Eurides Moura, a partir de 1º de setembro de 1991.

(Protoc. n° 8159)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 403/91

I - exonerar, a pedido, LUIZ HENRIQUE MUNHOZ, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 1º de setembro de 1991;

II - prover, CLEUSA REGINA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 1º de setembro de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 404/91

I - exonerar, a pedido, PEDRO CÂNDIDO DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Dirceu Manfrinato, a partir de 1º de setembro de 1991;

II - exonerar, a pedido, WILSON DAVANÇO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Dirceu Manfrinato, a partir de 1º de setembro de 1991;

III - prover, WILSON DAVANÇO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Dirceu Manfrinato, a partir de 1º de setembro de 1991.

(Protoc. n° 8174)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 405/91

I - exonerar, a pedido, JOÃO MARIA DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Duílio Genari, a partir de 1º de setembro de 1991;

II - prover, JOÃO MARIA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Duílio Genari, a partir de 1º de setembro de 1991;

III - prover, JEFFERSON ALBERTO TREML, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Duílio Genari, a partir de 1º de setembro de 1991.

(Protoc. n° 8282)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 406/91

autorizar DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n° 8335)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 407/91

I - exonerar, a pedido, GUSTAVO MEROLLI, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de setembro de 1991;

II - prover, GUSTAVO MEROLLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de setembro de 1991;

III - prover, CRISTIANE SANTOS DE MELLO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de setembro de 1991.

(Protoc. n° 8407)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 408/91

exonerar, a pedido, JOÃO EUGÊNIO MACIEL, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Antônio Toti Colaço

Vaz, a partir de 1º de setembro de 1991.

(Protoc. nº 8414)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 409/91

I - exonerar, a pedido, DIVA MARTIUCI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Deputada Emília Belinati, a partir de 1º de setembro de 1991;

II - prover, AMAURI RIBEIRO LEMOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Deputada Emília Belinati, a partir de 1º de setembro de 1991.

(Protoc. nº 8461)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 410/91

I - exonerar, a pedido, YVONE SOLHEID PALMQUIST, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de setembro de 1991;

II - exonerar, a pedido, CLÁUDIO GARCIA MARTINEZ, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de setembro de 1991;

III - prover, ADAIR PERPÉtua GOMES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de setembro de 1991.

(Protoc. nº 8477)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 411/91

I - exonerar, a pedido, SYLVIA HELOIZA DA SILVEIRA SOLHEID, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de setembro de 1991;

II - exonerar, a pedido, WALQUÍRIA DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de setembro de 1991;

III - prover, WALQUÍRIA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de setembro de 1991;

IV - prover, NELSON JOSÉ DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de setembro de 1991.

V - prover, IVANILDE PORCELLI RAMOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de setembro de 1991.

(Protoc. nºs 8579 e 8580/91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 412/91

I - prover, MARGARET PARAMUSTCHAK GRUSKA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de setembro de 1991;

II - prover, JOEL DE JESUS NARCIZO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de setembro de 1991;

(Protoc. nº 8624)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 413/91

I - exonerar, a pedido, VALDECIR HÉLIO POMPEMAIER, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de setembro de 1991;

II - prover, VALDECIR HÉLIO POMPEMAIER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de setembro de 1991;

III - prover, SÔNIA TEREZINHA SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de setembro de 1991.

(Protoc. nº 8693)

Palácio "XIX de Dezembro", em 09.09.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 414/91

I - exonerar, a pedido, ANA MARIA BARBOSA, do cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de setembro de 1991;

II - prover, LUIZ SÉRGIO CAMARGO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de setembro de 1991;

III - autorizar, LUIZ SÉRGIO CAMARGO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de setembro de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. nº 8706)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 415/91

I - exonerar, a pedido, JOAQUIM FAUSTINO DE CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Domingos Faustino de Carvalho, a partir de 1º de setembro de 1991;

II - exonerar, a pedido, ORLANDO OLSEN, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Domingos Faustino de Carvalho, a partir de 1º de setembro de 1991;

III - prover, ALESSANDRA PEREIRA VALONI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Domingos Faustino de Carvalho, a partir de 1º de setembro de 1991;

IV - prover, LUCIANO SETIM FREITAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Domingos Faustino de Carvalho, a partir de 1º de setembro de 1991.

(Protoc. nº 8707)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 416/91

I - exonerar, a pedido, FÁBIO MURILLO BOTTENE, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1º de setembro de 1991;

II - prover, JUAREZ CARDINAL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G,

do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1º de setembro de 1991.

(Protoc. nº 8714)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 417/91

Art. 1º - As pensões mensais pagas a qualquer título, através de dotações no Orçamento do Poder Legislativo, ficam fixadas em seus atuais valores.

Parágrafo Único - As pensões a que se referem o caput deste artigo, serão fixadas na mesma data e pelos mesmos índices de vencimentos do funcionalismo público estadual.

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor a partir de 1º de setembro de 1991, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 10.09.91.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOÃO ARRUDA

1º Secretário

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e um reuniu-se ordinariamente, na sala de reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano, com a presença dos seguintes Deputados: Mário Bezerra, Rafael Greca de Macedo, Emília Belinati, Luiz Carlos Martins, Ovídio Constantino, Nelson Justus, José Tavares, Ernani Pudell e Arlindo Troian. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão, convidando para sentar-se à mesa o Senhor Nassib Jabur, Diretor Superintendente do Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, que comparece atendendo a pedido do Deputado Ovídio Constantino, para prestar esclarecimentos. Comunicou o Senhor Presidente que inicialmente seria dada a palavra ao depoente, para expor a situação do serviço sob a sua responsabilidade, sendo, após, dada a palavra aos senhores Deputados, para solicitarem os esclarecimentos que julgarem oportunos. O depoente fez distribuir aos presentes um breve histórico do SERLOPAR, no qual consta, entre outros esclarecimentos, a destinação das verbas por ele arrecadadas. Após a exposição, solicitaram esclarecimentos, e foram atendidos, os Deputados Ovídio Constantino, Rafael Greca de Macedo, Ernani Pudell, Luiz Carlos Martins e Arlindo Troian. O Deputado José Tavares solicitou que fosse

Curitiba, segunda, em 23.09.91

registrado o seu agradecimento ao depoente, sugerindo que este fizesse distribuir a todos os Deputados uma síntese da legislação que rege o Serviço da Loteria do Estado do Paraná, com a destinação das verbas por ele arrecadadas. Fazendo uso da palavra o Deputado Ovídio Constantino agradeceu, também a presença do senhor Nassib Jabur. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, muito especialmente do depoente, e deu por encerrada a sessão, determinando que as notas taquigráficas da mesma sejam colocadas à disposição dos senhores Deputados e mandou que se lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos Deputados presentes e por mim, José Renato Duarte, Secretário da Comissão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ RENATO DUARTE

Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA SESSÃO ESPECIAL
REALIZADA EM 12.06.91.

Aos doze dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se extraordinariamente, na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano, com a finalidade de apreciar o pedido do Senhor Governador do Estado para se ausentar do país, e outras matérias, com a presença dos seguintes Deputados: Nilton Servo, Mário Bezerra, Durval Amaral, Rafael Greca de Macedo, Waldir Rossoni, Plauto Miró Guimarães, José Tavares, João Iensen e Ovídio Constantino. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão. Pediu a palavra, inicialmente o Deputado José Tavares para justificar sua ausência na sessão especial realizada em 06 de junho de 1991, com a finalidade de ouvir os reitores das Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa a respeito da Mensagem governamental que propõe a autarquia daquelas entidades. Manifestou sua estranheza ao fato de haver o Deputado Florisvaldo Fier solicitado que se fizesse constar em ata a ausência de Deputados do PMDB, pois ele, Deputado José Tavares, apenas deixou de comparecer por haver sido designado pelo Presidente da Assembleia Legislativa para representar o Poder nas festividades de aniversário de Sertãoópolis. Passou-se, então à Ordem do Dia. 1) Projeto de Lei nº 74/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, com parecer em separado do Deputado José Tavares, devolvido ao relator; 2)

Projeto de Lei n° 114/91, de autoria do Deputado João Preis; com parecer contrário do Deputado José Tavares, APROVADO; 3) Projeto de Lei n° 223/91, oriundo de Mensagem Governamental n° 26/91, parecer favorável do Deputado José Tavares, aprovado; 4) Projeto de Decret. Legislativo n° 03/91, pedido de licença ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para se ausentar do país, APROVADO; 5) Projeto de Lei n° 197/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, com PARECER FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães, APROVADO; 6) Projeto de Lei n° 202/91, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, com parecer favorável do Deputado Plauto Miró Guimarães, APROVADO; 7) Projeto de Lei n° 222/91, com PARECER FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra, APROVADO; 8) Projeto de Lei n° 214/91, com PARECER FAVORÁVEL do Deputado Waldir Rossoni, APROVADO; 9) Projeto de Lei n° 196/91, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, com parecer favorável do Deputado Durval Amaral, APROVADO; 10) Proposição-veto n° 35/91, veto parcial do Senhor Governador ao Projeto de Lei n° 10/91, com parecer do Deputado Durval Amaral pela apreciação pelo Plenário, rejeitado. Designado como novo relator o Deputado Mário Bezerra; 11) Projeto de Lei n° 218/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, com PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emília Belinati, APROVADO; 12) Projeto de Resolução n° 32/91, de autoria do Deputado Dalton Machuca, com PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emília Belinati, APROVADO; 13) Projeto de Lei n° 142/91, de autoria do Deputado Nilton Servo, com PARECER FAVORÁVEL do Deputado João Iensen, APROVADO; 14) Projeto de Lei n° 195/91, de autoria do Deputado José Tavares, com PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, APROVADO. Nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a sessão, determinando que se lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos Deputados Presentes e por mim, José Renato Duarte, Secretário da Comissão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ RENATO DUARTE

Secretário

ATA DA 15.^a SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Aos dezoito dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos seguintes Deputados: José Tavares, Ovídio Constantino, José Afonso Júnior, Plauto Miró Guimarães, Nelson Justus, Luiz Carlos

Martins, Waldir Rossoni, Emília Belinati e Durval Amaral. Havendo número legal o Senhor Presidente deu por aberta a sessão e passou-se à discussão da ata da sessão anterior, realizada a 12 de junho do corrente ano, que foi aprovada com a ressalva feita pelo Deputado Luiz Carlos Martins, que solicitou que dela se fizesse constar a sua presença e o pronunciamento que ali fez, quando deixou claro serem inverídicas as notícias veiculadas em alguns órgãos da imprensa de que os Deputados haviam saído frustrados com o depoimento do Senhor Nassib Jamur, Superintendente do Serviço da Loteria do Estado do Paraná- SERLOPAR. Passou-se à Ordem do Dia. 1) Projeto de Lei n° 154/91, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, com PARECER FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães, APROVADO. 2) Projeto de Lei n° 74/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, com parecer favorável do Deputado Mário Bezerra e voto em separado pela rejeição do Deputado José Tavares, APROVADO o Parecer Favorável do relator por quatro votos a três. 3) Projeto de Lei n° 152/91, do Deputado Waldir Rossoni, Parecer Favorável do Deputado Mário Bezerra, APROVADO. 4) Projeto de Lei n° 193/91, com PARECER FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra, APROVADO. 5) Projeto de Lei n° 204/91, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, com parecer favorável do Deputado Mário Bezerra. APROVADO. 6) Projeto de Lei n° 198/91, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, com Parecer Favorável do Deputado Waldir Rossoni, APROVADO. 7) Projeto de Lei n° 201/91, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, com Parecer Favorável do Deputado Waldir Rossoni, APROVADO. 8) Projeto de Lei n° 209/91, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, com Parecer Favorável, do Deputado José Tavares, APROVADO. 9) Projeto de Lei n° 129/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, com PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Tavares, APROVADO. 10) Projeto de Lei n° 211/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, com PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Tavares, APROVADO. 11) Projeto de Lei n° 220/91, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, com PARECER FAVORÁVEL do Relator, Deputado José Tavares, no sentido de que seja convertido em diligência junto o autor para a complementação da documentação- DEFERIDO. 12) Projeto de Lei n° 210/91, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, com PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Afonso Júnior, APROVADO. 13) Projeto de Lei n° 200/91, de autoria do Deputado Colombino Grassano, com PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Afonso Júnior, APROVADO. 14) Projeto de Lei n° 236/91, oriundo de Mensagem do Poder Executivo, com PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Afonso Júnior, APROVADO. 15) Projeto

de Lei nº 248/91, de autoria do Deputado Severino Felix Pessoa, com PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Afonso Júnior, APROVADO. 16) Projeto de Lei nº 224/91 de autoria do Deputado João Preis, com PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Afonso Júnior, APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 190/91, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 23/91, com PARECER FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão, APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 227/91, de autoria do Deputado Cleiton Crisóstomo, com PARECER FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral, APROVADO. 19) Projeto de Lei nº 116/91, de autoria do Deputado João Preis, com PARECER FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral, APROVADO. 20) Projeto de Lei nº 213/91, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, com PARECER FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral, APROVADO. 21) Projeto de Lei nº 217/91, de autoria do Deputado Cesar Silvestri, com PARECER FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino, APROVADO. 22) Projeto de Lei nº 208/91, de autoria do Deputado Domingos Carvalho, parecer do Deputado Ovídio Constantino para ser transformado em diligência junto ao ITCF. DEFERIDO. 23) Projeto de Lei nº 128/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, PARECER FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino. APROVADO. 24) Projeto de Lei nº 186/91, de autoria do Deputado Waldir Rossoni, com PARECER FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino e voto em separado do Deputado José Tavares. Pediu a palavra o Deputado Nelson Justus, para enfatizar a seriedade do problema habitacional e manifestar seu voto favorável ao parecer do relator. O Deputado José Afonso Júnior, propôs a ida de uma delegação ao Governador para conscientizá-lo do problema. O Deputado Luiz Carlos Martins sugeriu a realização de um debate, no Plenário desta Assembleia para que se pudesse discutir os problemas de habitação. O Senhor Presidente esclareceu que espera a chegada de novas Mensagens, solicitando créditos ao setor habitacional, para promover a discussão global do problema. Colocado em votação o parecer do relator, foi o mesmo APROVADO, com a declaração do Deputado José Tavares, de que, por questão de coerência, votava a favor de seu parecer em separado. APROVADO o parecer do relator. Encerrada a Ordem do Dia, pediu a palavra o Deputado Mário Bezerra, para solicitar à Comissão, que fossem orientados os Senhores Deputados a respeito de projetos de lei manifestamente inconstitucionais, como aqueles que concedem pensões mensais, que tem sido, invariavelmente, rejeitados por esta Comissão, mas que continuam sendo apresentados. O Senhor Presidente respondeu que tão logo seja aprovado o Regimento Interno da Comissão, estes problemas serão resolvidos. O Deputado José Tavares, pediu

a palavra para solicitar que o Projeto de Lei nº 210/91, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, seja anexado a outro, de autoria do Deputado Orlando Passuti, versando sobre a mesma matéria, para que tramitem juntos, ao que o Senhor Presidente respondeu que isto só poderá ser feito, oportunamente, quando da tramitação pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra para terça-feira, dia vinte e cinco de junho, às treze e trinta horas e mandou que se lavrasse a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos Deputados presentes, por mim, Secretário da Comissão, que a datilografei.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ RENATO DUARTE

Secretário

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA ATA DA 4.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de setembro de um mil, novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Terras Imigração e Colonização, sob a presidência do Deputado Toti Colaço. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse na Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, com o seguinte projeto de lei: PROJETO DE LEI Nº 375/91, de autoria do Deputado Severino Félix, com PARECER FAVORÁVEL do Deputado Domingos Carvalho. APROVADO: Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente

SOLANGE MANN

Secretária

*COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 14.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes senhores Deputados: Alceu Swarowski, Nelson Garcia e Mário Bezerra. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos tra-

balhos. Dispensada a leitura da Ata da reunião, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 267/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL PELA APRECIÇÃO EM PLENÁRIO - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 353/91, de autoria do Deputado Antonio Annibelli. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 363/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 68/91. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 377/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 75/91. Relator Deputado MÁRIO BEZERRA. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos senhores Deputados presentes, por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

WILSON PENKA

Secretário

Requerimento:

REQUERIMENTO N° 2369

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, oficie-se, via FAX, às autoridades adiante mencionadas, para que envidem esforços no sentido de que seja recepada a rodovia BR-376, no trecho entre os Municípios de Presidente Castelo Branco e Paranaíba, no Estado do Paraná, e pelas razões que expõe:

a) ao Secretário Nacional dos Transportes, José Henrique de Amorim Figueiredo, em Brasília;

b) ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Antonio Carlos Berruci Loureiro Alves, em Brasília;

c) ao Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem no Paraná (DNER-PR), Edy Nakamura, em Curitiba;

d) ao Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira.

Sala das Sessões, em 18.09.91

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

A BR-376, no trecho entre os Municípios de Presidente Castelo Branco e Paranaíba, apresenta as seguintes características:

1°) interliga 45 municípios do Noroeste e Oeste Paranaense, quer entre si, quer com outras regiões do Estado e de outros Estados;

2°) é tronco principal para 7 (sete) troncos menores de rodovias estaduais, todas elas asfaltadas;

3°) possui um fluxo diário de 20.000 veículos, considerando-se os de grande e pequeno porte;

4°) tem ligação direta com o Estado do Mato Grosso do Sul, através do Porto São José, além de outros acessos ao mesmo Estado por: Porto Rico, Porto Brasília, Porto Querência, Porto Ivaí, todos na região noroeste, e Porto Camargo, na região oeste do Paraná;

5°) tem ligação direta com o Estado de São Paulo, via Jardim-Olinda-Teodoro Sampaio, ou Itaguapé-Teodoro Sampaio, e via Santo Inácio-Pirapozinho;

6°) é corredor de transporte de produtos agropecuários e manufaturados para o Sul do País, vindos dos Estados do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, de Rondônia, do Acre, de Goiás, e do Oeste de São Paulo, que se servem do Porto de Paranaguá para seus serviços de exportação;

7°) da mesma forma é o corredor preferencial de fluxo rodoviário do Sul do País, com destino ao Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Goiás e Oeste do Estado de São Paulo;

8°) é o único meio de transporte de carga, a partir de Maringá, pois a malha ferroviária só chega até Maringá.

O estado deplorável em que se encontra a BR-376, nesse trecho é de causar espanto aos que dela se servem: buracos nas pistas, falta de acostamento, sinalização precária, efeitos de erosão pluvial (considerando-se a formação do solo - arenito caiuá).

O correto seria a duplicação dessa rodovia, no trecho entre Maringá e Paranaíba. Mas, no entanto, o indispensável é o recapeamento da rodovia, principalmente entre Presidente Castelo Branco e Paranaíba.

É o que tínhamos a expor.

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO.